



Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 27 de abril de 2018

## **RECRUSUL S.A.**

CNPJ. nº 91.333.666/0001-17

NIRE 43.300.005.003

Companhia Aberta

### **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA RELATIVA ÀS CONTAS DO EXERCÍCIO 2017**

#### **PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**

Lei 6.404/1976 e alterações posteriores c.c.  
Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009

#### **ÍNDICE**

<b>Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia</b> (Item 10 do formulário de referência da instrução CVM 480/09)	<b>02</b>
<b>Informações sobre a destinação do Lucro Líquido</b> (Anexo 9 da instrução CVM 481/09)	<b>09</b>
<b>Informações sobre os candidatos ao Conselho de Administração da Companhia</b> (Sub-itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência da instrução CVM 480/09)	<b>12</b>
<b>Informações sobre a remuneração dos administradores da Companhia</b> (Item 13 do formulário de referência da instrução CVM 480/09)	<b>15</b>

**COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA**  
**(ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA INSTRUÇÃO CVM 480/09)**

**10. Comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017:**

**10.1. a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:**

A Companhia finalizou o processo de alienação imobiliária do ativo industrial localizado na cidade de Sapucaia do Sul – RS com o objetivo de liquidar passivos trabalhistas e quirografários.

Com uma razoável melhora do cenário econômico, principalmente, na área de implementos rodoviários, a Companhia está trabalhando no objetivo de reativar sua linha de produção.

**b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**

**i. Hipóteses de resgate**

Não se aplica.

**ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate**

Não se aplica.

**c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Na data de 03 de setembro de 2017 foi deferida a alienação do ativo imobiliário da Companhia em Sapucaia do Sul – RS pelo valor de R\$ 17.000. As condições de pagamento são: R\$ 500 no ato da autorização da proposta; R\$ 500 em 30 dias após no ato da imissão da posse pelo adquirente; R\$ 1.500 quando da escritura definitiva no Registro de Imóveis de Sapucaia do Sul – RS; 50 parcelas de R\$ 250 corrigidas pela TR depositadas sempre a cada dia 10 após o pagamento das duas primeiras parcelas da proposta; 10 parcelas de reforço no valor de R\$ 200 semestrais a partir de maio de 2018 com a última em maio de 2022. Os recursos são depositados em juízo e a liberação aos credores obedecerá a ordem cronológica estabelecida no Termo de Acordo entre Companhia e Sindicato dos Trabalhadores protocolado na primeira semana de outubro de 2015 relacionando todos os credores trabalhistas e quirografários e seus respectivos créditos a serem pagos com a respectiva venda.

**d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

Não se aplica.

**e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Não se aplica

**f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

**i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		Taxa a.m%
	31 de dezembro de 2017	31 de Dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de Dezembro de 2016	
Antecipação Recebíveis Finame	330	330	330	330	a)
Empréstimos Bancários	6.416	5.890	6.416	5.890	b)
<b>TOTAL</b>	<b>6.746</b>	<b>6.220</b>	<b>6.746</b>	<b>6.220</b>	
<b>Total Circulante</b>	<b>3.020</b>	<b>2.620</b>	<b>3.020</b>	<b>2.620</b>	
<b>Total Não Circulante</b>	<b>3.726</b>	<b>3.600</b>	<b>3.726</b>	<b>3.600</b>	

a) A taxa média é de CDI + 0,8% a.m a CDI + 1,2% a.m

b) A taxa média é de CDI + 0,8% a.m

**Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 27 de abril de 2018**

ii. **Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**  
 Vide demonstrativo acima.

iii. **Grau de subordinação entre as dívidas**  
 Não se aplica.

iv. **Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário**  
 Não se aplica.

g) **Limites de utilização dos financiamentos já contratados**  
 Não se aplica.

**h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

em R\$ 000 - Consolidado	2017	2016	2015	2014	2013	2012
<b>Receita Líquida</b>	<b>35</b>	<b>-</b>	<b>592</b>	<b>2.056</b>	<b>19.050</b>	<b>12.951</b>
(-) CPV	-	-	(389)	(1.639)	(14.343)	(389)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>35</b>	<b>-</b>	<b>203</b>	<b>417</b>	<b>4.707</b>	<b>12.562</b>
(-) Despesas com Vendas	-	(1)	(41)	(2.293)	(1.363)	(41)
(-) Despesas Administrativas	(1.269)	(860)	(1.016)	(2.764)	(2.945)	(1.016)
(+/-) Outras Receitas (Despesas) Operacionais (Nota 16)	(25.077)	(5.602)	(4.464)	(17.996)	(3.256)	(4.464)
<b>=EBIT</b>	<b>(26.311)</b>	<b>(6.463)</b>	<b>(5.318)</b>	<b>(22.636)</b>	<b>(2.857)</b>	<b>7.041</b>
(+) Depreciação	319	334	357	392	481	559
<b>= EBITDA (ajustado em linha com NE 16 para 2017 e 2016)</b>	<b>(950)</b>	<b>(1.493)</b>	<b>(1.937)</b>	<b>(9.283)</b>	<b>(850)</b>	<b>(2.167)</b>
<b>Margem EBITDA - %</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>-327,2%</b>	<b>-451,5%</b>	<b>-4,5%</b>	<b>-16,7%</b>
<b>Lucro Líquido - Consolidado</b>	<b>(36.911)</b>	<b>(29.823)</b>	<b>(17.106)</b>	<b>(42.697)</b>	<b>(7.734)</b>	<b>(14.746)</b>
<b>Lucro Líquido - Controladora (Recrusul S/A)</b>	<b>(36.887)</b>	<b>(29.788)</b>	<b>(17.093)</b>	<b>(42.714)</b>	<b>(5.202)</b>	<b>(12.490)</b>
<b>Ativo Total - Consolidado</b>	<b>37.470</b>	<b>47.984</b>	<b>35.212</b>	<b>37.133</b>	<b>96.884</b>	<b>92.198</b>
<b>Patrimônio Líquido - Consolidado</b>	<b>(116.299)</b>	<b>(81.818)</b>	<b>(104.147)</b>	<b>(86.682)</b>	<b>(43.113)</b>	<b>(35.490)</b>
<b>Patrimônio Líquido - Controladora (Recrusul S/A)</b>	<b>(112.935)</b>	<b>(76.047)</b>	<b>(98.801)</b>	<b>(81.760)</b>	<b>(39.720)</b>	<b>5.685</b>
<b>Endividamento (PP, Tributário e Empréstimos) - Consolidado</b>	<b>117.707</b>	<b>111.639</b>	<b>105.902</b>	<b>96.025</b>	<b>113.238</b>	<b>106.882</b>
<b>Endividamento (PP, Tributário e Empréstimos) - Controladora</b>	<b>107.554</b>	<b>108.735</b>	<b>85.820</b>	<b>77.429</b>	<b>75.735</b>	<b>69.605</b>
<b>Número de Funcionários - Consolidado</b>	<b>2</b>	<b>35</b>	<b>35</b>	<b>54</b>	<b>112</b>	<b>106</b>
<b>Receita Líquida/Funcionário - Consolidado</b>	<b>17,5</b>	<b>0,0</b>	<b>16,9</b>	<b>38,1</b>	<b>170,1</b>	<b>122,2</b>

PP - Plano de Parcelamento

OBS.: A rubrica Outras Despesas Operacionais encontra-se detalhada nas Notas Explicativas de cada ano publicado das Demonstrações Financeiras. No ano de 2017 a Nota 16 refere-se ao detalhamento destas despesas. Nos demais anos deve-se procurar extatamente qual número da nota explicativa em cada ano publicado das Demonstrações Financeiras.

**10.2. a. Resultados das operações do emissor:**

i. **Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**  
 Já citadas no item 10.1.h.

ii. **Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**  
 Já citadas no item 10.1.a.

**b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

**Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 27 de abril de 2018**

Não se aplica.

**c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.**

Não se aplica.

**10.3. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

**a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

A Companhia está elaborando estudos internos para analisar a viabilidade técnica, econômica e comercial para o retorno de vendas e produção de sua linha de equipamentos de refrigeração e ar-condicionado para ônibus.

**b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Não se aplica.

**c. Eventos ou operações não usuais**

Não se aplica.

**10.4. a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Na elaboração das demonstrações financeiras já estão consideradas as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, as quais modificam a Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

**b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

O maior efeito contábil com a adoção do Padrão Internacional de Demonstrações Financeiras (IFRS) foi o valor de R\$ 9,1 milhões lançados como Ajuste Avaliação Patrimonial Consolidado nas contas de Patrimônio Líquido. A contrapartida deste valor foi lançado na conta de Imobilizado no ano de 2010 e sofre redução proporcionalmente quando da realização da depreciação dos itens avaliados.

**c. Ênfases presentes no parecer do auditor**

**Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Na opinião da Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Recrusul S/A e suas controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

**Ênfase**

Conforme notas explicativas 01 e 13.1, através de Ata de Reunião do Conselho de Administração de 20 de julho de 2016 a Companhia efetuou aumento de capital no montante de R\$ 52.498 mil mediante a subscrição privada de novas ações, sendo R\$33.679 mil oriundos de conversão de dívidas com fornecedores e instituições financeiras, R\$4.452 mil de avais e R\$14.367 mil em espécie (nota 5), para cumprimento de acordo com credores através das respectivas conversões de dívidas em ações da Companhia e capital de giro para retomada das suas operações. Conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração de 13 de dezembro de 2016, a qual ratificou a ata de aumento de capital, das 11.728 mil ações ordinárias, seriam subscritas pela empresa Triskelion Capital Consultoria e Gestão de Investimentos Estratégicos Ltda. ("Triskelion") 9.578.069 novas ações, sendo 8.939.531 ações ordinárias e 638.538 ações preferenciais subscritas pela acionista. Esta empresa deteria o controle da Companhia, com 70% das ações ordinárias. A Triskelion tinha o prazo de integralização total do valor, no montante de R\$ 14.367 mil, até o dia

**Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 27 de abril de 2018**

31 de março de 2017, conforme noticiado pela Companhia no Comunicado ao Mercado (Esclarecimento 3T16) datado de 28 de novembro de 2016. Entretanto, conforme Fato Relevante publicado em 03 de abril de 2017, a mesma notificou que não integralizou o capital por entendimento diverso sobre a questão da alienação imobiliária do ativo da Companhia. Adicionalmente, conforme Fato Relevante publicado em 25 de maio de 2017, foi iniciada a transferência das ações detidas pela Triskelion Capital para os investidores descritos neste Fato Relevante. Tais investidores assumiram o dever de integralização, anteriormente detida pela Triskelion Capital, sem prazo determinado. O valor total a ser integralizado é de R\$ 14.367 mil. Até o presente momento foram integralizados R\$ 959 mil deste valor, mantendo a Companhia o saldo de R\$ 13.408 mil contabilizado em seu ativo como direito a receber. Caso não ocorra a referida integralização do aumento de capital a Companhia precisará identificar outros meios de capitalização para financiar seu giro. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

**Ênfase – Parcelamentos de tributos federais**

Conforme descrito na nota explicativa 12, em 2014 a Companhia optou em incluir parte do passivo tributário no Parcelamento previsto na Lei nº 12.996/2014 e em 2017 no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), sendo que a mensuração dos valores definitivos incluídos nessas modalidades de parcelamentos encontram-se pendentes de realização por parte dos órgãos fiscalizadores. Assim sendo, as demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes que porventura venham a ser requeridos por ocasião da consolidação definitiva dos referidos débitos fiscais. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

**10.5. Indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros**

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração e apresentação das demonstrações contábeis resumem-se em:

**a) Apuração do Resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação de receitas, custos e ou despesas correspondentes.

**b) Ativos: Circulante e Não Circulante****- Clientes**

As contas a receber de clientes estão demonstradas pelo seu valor líquido de realização, inclusive no que tange aos créditos incobráveis que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício como perdas.

A administração da empresa considera que os prazos concedidos na liquidação das contas a receber são inerentes as condições comerciais normalmente contratadas no mercado de atuação, não havendo característica de atividade de financiamento.

**- Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados e não superam os preços de mercado ou custo de reposição (Nota 05).

**- Demais ativos circulantes e não circulantes**

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

**c) Investimentos**

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida conta de resultado operacional.

### **Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 27 de abril de 2018**

Os demais investimentos permanentes estão avaliados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para cobrir eventuais perdas estimadas na realização destes ativos.

**d) Imobilizado**

É demonstrado ao custo de aquisição ou fabricação e reavaliações, menos depreciações acumuladas, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As depreciações são calculadas pelo método linear sobre o custo de aquisição ou fabricação e reavaliações corrigidos, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens.

**e) Passivos: Circulante e Não Circulante**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. A administração da empresa considera que os prazos concedidos na liquidação das contas a pagar são inerentes as condições comerciais normalmente contratadas no mercado de atuação, não havendo característica de atividade de financiamento.

**f) Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos**

Quando aplicável, os ativos e passivos de longo prazo são ajustados ao seu valor presente e os de curto prazo, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações financeiras. A Companhia efetuou os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo ou passivo em consonância com a Deliberação CVM 564 (CPC 12).

**g) Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes**

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração da empresa, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procedeu à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de Ativos e Passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor divergente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

**10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, comentar.**

**a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Conforme mencionado no parecer dos auditores independentes, os exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, os exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Não foi relatada nenhuma imperfeição que viesse a comprometer a confiabilidade dos dados financeiros apresentados ao mercado identificada e/ou reportada pelos auditores.

**b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Não houve.

**10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, comentar:**

Não se aplica

**a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Não se aplica

**Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 27 de abril de 2018**

**b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Não se aplica.

**c. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Não se aplica.

**d. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não se aplica.

**10.8. Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

**i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Não se aplica.

**ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Não se aplica.

**iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não se aplica.

**iv. Contratos de construção não terminada**

Não se aplica.

**v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não se aplica.

**b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

A Companhia possui processo administrativo contestando autuações da Receita Federal do Brasil sobre IPI em pretensa industrialização de carrocerias frigoríficas e caminhões em nossa controlada Refrisa S/A. Este processo foi considerado como possível, mas não provável de perda pelos nossos advogados tributários e, portanto, não foi contabilizado em nossas demonstrações financeiras. O montante em 31/12/2016 alcançava aproximadamente R\$ 11,2 milhões.

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Especial, com base na Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, formalizada a opção pelo parcelamento em 180 meses de débitos tributários federais anteriores a novembro de 2013. As prestações, originais no parcelamento eram de R\$ 129 em 180 meses. A Companhia, durante o ano de 2017, também aderiu ao parcelamento PERT (Programa Especial de Regularização Tributária) dos débitos da Receita Federal e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. O passivo tributário Federal da controladora é de R\$ 43.255 após adesão ao PERT sendo que nesta adesão houve redução de R\$ 27.445 do montante total do passivo tributário federal. Caso a Companhia não permaneça no PERT o passivo tributário federal será complementado em R\$ 27.445.

**10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 1.8, comentar:**

**a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Caso a Companhia perca as ações citadas no item 10.8.b, os respectivos valores deverão ser contabilizados em nosso passivo tributário, o que acarretará em nossos demonstrativos de resultados despesas equivalentes ao prejuízo a ser contabilizado com a inclusão destas novas dívidas tributárias.

**Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 27 de abril de 2018**

**b. Natureza e o propósito da operação**

Não se aplica.

**c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não se aplica.

**10.10. Indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a. investimentos, incluindo:**

**i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

A Companhia concentrará seus esforços no aumento da produção sem a necessidade de novos investimentos.

**ii. Fontes de financiamento dos investimentos**

Não se aplica.

**iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não se aplica.

**b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não se aplica.

**c. Novos produtos e serviços, indicando:**

**i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não se aplica.

**ii. Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não se aplica.

**iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não se aplica.

**iv. Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não se aplica.

**10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Não se aplica.



Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 27 de abril de 2018

**INFORMAÇÕES SOBRE A DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO**

(ANEXO 9 DA INSTRUÇÃO CVM 481/09)

1. **Informar o lucro líquido do exercício**  
O resultado deste exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi um prejuízo de R\$ 36,8 milhões.
2. **Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados**  
Não se aplica.
3. **Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído**  
Não se aplica.
4. **Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores**  
Não se aplica.
5. **Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**
  - a. **O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**  
Não se aplica.
  - b. **A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**  
Não se aplica.
  - c. **Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**  
Não se aplica
  - d. **Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**  
Não se aplica
6. **Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**
  - a. **Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**  
Não se aplica.
  - b. **Informar a data dos respectivos pagamentos**  
Não se aplica.
7. **Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**
  - a. **Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

Ano	Lucro (Prejuízo) do Exercício
2017	(R\$ 36,8 milhões)
2016	(R\$ 29,7 milhões)
2015	(R\$ 17 milhões)

- b. **Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores**  
Não se aplica.

Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 27 de abril de 2018

8. **Havendo destinação de lucros à reserva legal**
  - a. **Identificar o montante destinado à reserva legal**  
Não se aplica.
  - b. **Detalhar a forma de cálculo da reserva legal**  
Não se aplica.
9. **Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**
  - a. **Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos**  
Não se aplica.
  - b. **Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos**  
Não se aplica.
  - c. **Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa**  
Não se aplica.
  - d. **Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**  
Não aplica.
  - e. **Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**  
Não se aplica.
10. **Em relação ao dividendo obrigatório**
  - a. **Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**  
Conforme o artigo 34, alínea “e” do Estatuto Social da Companhia, “33% (trinta e três por cento), no mínimo, do lucro líquido do exercício, conforme Lei das S.A., será distribuído aos acionistas, a título de dividendos”.
  - b. **Informar se ele está sendo pago integralmente**  
Não se aplica.
  - c. **Informar o montante eventualmente retido**  
Não se aplica.
11. **Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia**
  - a. **Informar o montante da retenção**  
Não se aplica.
  - b. **Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos**  
Não se aplica.
  - c. **Justificar a retenção dos dividendos**  
Não se aplica.
12. **Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**
  - a. **Identificar o montante destinado à reserva**  
Não se aplica.
  - b. **Identificar a perda considerada provável e sua causa**  
Não se aplica.

**Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 27 de abril de 2018**

- c. Explicar porque a perda foi considerada provável**  
Não se aplica.
- d. Justificar a constituição da reserva**  
Não se aplica.
- 13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**

  - a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**  
Não se aplica.
  - b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**  
Não se aplica.
- 14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**

  - a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**  
Não se aplica.
  - b. Identificar o montante destinado à reserva**  
Não se aplica.
  - c. Descrever como o montante foi calculado**  
Não se aplica.
- 15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**

  - a. Identificar o montante da retenção**  
Não se aplica.
  - b. Fornecer cópia do orçamento de capital**  
Não se aplica.
- 16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**

  - a. Informar o montante destinado à reserva**  
Não se aplica.
  - b. Explicar a natureza da destinação**  
Não se aplica.

**Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 27 de abril de 2018**
**INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA**  
**(SUB-ITENS 12.6 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA INSTRUÇÃO CVM 480/09)**
**Item 12.6 do Formulário de Referência - Administradores e membros do Conselho Fiscal**
**12.6.1 Conselho de Administração**

A Administração da RECRUSUL S/A propõe aos acionistas que, na Assembléia Geral Ordinária convocada para o dia 28 de abril de 2018, sejam eleitos membros do Conselho de Administração, para um mandato de um ano, os seguintes nomes:

Nome	RICARDO MOTTIN JR.	ERNANI CATALANI FILHO	LUIZ ALCEMAR BAUMART
Idade	54 anos	55 anos	50 anos
Profissão	Engenheiro	Economista	Industriário
CPF	417.140.320-00	046.823.318-09	505.729.460-15
Prazo do Mandato	Até AGO 2019	Até AGO 2019	Até AGO 2019
Outros Cargos	Diretor Presidente	Não se Aplica	Não se Aplica

**12.6.2 Diretoria**

A eleição dos membros da Diretoria compete ao Conselho de Administração da Instituição, que indicará os seguintes profissionais:

**DIRETORIA (Estatutária)**

Nome	RICARDO MOTTIN JR.		DAVI SOUZA DA ROSA
Idade	54 anos		34 anos
Profissão	Engenheiro		Contador
CPF	417.140.320-00		003.357.470-78
Cargo eletivo	Presidente		Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores
Prazo mandato	01 ano		01 ano
Outros cargos ou funções exercidos na companhia	Presidente do CA		Não se Aplica
Evento a que se refere a letra "b" item 12.8 do Formulário de Referência – Art. 10 da Instrução CVM 481	Nada consta		Nada consta

**12.6.3 Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal apenas será nomeado caso haja solicitação por parte de algum acionista de acordo com o Artigo 161 § 2º da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

**Item 12.7 do Formulário de Referência - Fornecer as informações mencionadas no item "12.6" em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários**

A empresa não possui comitês auxiliares ao Conselho de Administração.

**Item 12.8 do Formulário de Referência - Currículo dos Administradores e Membros do Conselho Fiscal**
**a. Currículo dos Administradores**

**Nome:** Ricardo Mottin Junior – Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente

**Data de nascimento:** 26/04/1964

**Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 27 de abril de 2018**

**Formação Acadêmica:** Engenheiro Mecânico, formado pela UFRGS em 1986; Pós-Graduação em Gestão Empresarial, formado pela UFRGS em 2001.

**Experiência Profissional:**

Foi executivo, por 10 anos, no Grupo Mundial-Eberle nas áreas de engenharia industrial, sistemas de informação (TI) e logística. Desenvolveu projetos de reestruturação fabril e transferência de unidades entre as empresas do Grupo. Atuou 3 anos na Buettner na reestruturação de logística e posteriormente foi executivo da área de vendas nacionais onde coordenou a implantação do projeto de novas estratégias comerciais. Trabalhou 10 anos na Madef S/A, empresa fabricante de equipamentos para refrigeração industrial, na implantação de *joint-venture* com a Sabroe (empresa dinamarquesa) e após com a York (empresa americana). Em 2007 assumiu como executivo principal da Recrusul S/A, com o objetivo de reestruturá-la e recolocando-a no mercado após a entrada na fase de recuperação judicial, o qual encerrou-se em dezembro de 2008. Atualmente é um dos principais acionistas da empresa através da MASTER ASSESSORIA. É o Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração da Recrusul S/A.

**Nome:** Ernani Catalani Filho – Conselheiro, Vice-Presidente do Conselho de Administração

**Data de Nascimento:** 06/05/1963

**Formação:** Possui graduação em Economia

**Experiência profissional:**

Experiência em Conselho de Administração de Companhias Abertas, experiência na área financeira, notadamente em Bolsa de Valores.

**Nome:** Luiz Alcemar Baumart - Conselheiro

**Data de Nascimento:** 13/07/1969

**Formação Acadêmica:** Bacharel em Direito pela Universidade Anchieta

**Experiência Profissional:**

Profissional com experiência da área industrial e de produção notadamente em PCP, compras, almoxarifado e fluxo de produção nas áreas de implementos rodoviários e refrigeração industrial, possui mais de 20 anos de experiência no setor.

**Nome:** Davi Sousa da Rosa - Diretor

**Data de Nascimento:** 18/07/1984

**Formação Acadêmica:** Contador formado na Universidade Luterana do Brasil - ULBRA.

**Experiência Profissional:**

Possui 9 anos de experiência profissional em empresa nacional de capital aberto.

2010/Atual – Recrusul S/A

***b. Condenações judiciais e administrativas (inclusive criminais) envolvendo os administradores e membros do Conselho Fiscal***

Nenhum dos candidatos ao Conselho de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia a serem indicados pelos acionistas jamais sofreu condenações judiciais ou administrativas.

**Item 12.9 do Formulário de Referência - Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

***a. Administradores da Companhia***

Não se aplica.

***b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia***

Não se aplica.

***c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia***

Não se aplica.

***d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia***

Não se aplica.

**Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 27 de abril de 2018**

**Item 12.10 do Formulário de Referência - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e:**

***a. Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia***

Não se aplica.

***b. Controlador direto ou indireto da Companhia***

Não se aplica.

***c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas***

Não se aplica.

Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 27 de abril de 2018

**INFORMAÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**  
**(ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA INSTRUÇÃO CVM 480/09)**

**13.1 Descrição da política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e não Estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração, abordando os seguintes aspectos:**

***a. Objetivos da política ou prática de remuneração***

Gestão de remuneração voltada para as práticas de mercado de forma a ser competitivo na remuneração e atrair e reter profissionais com as competências requeridas às diversas funções. Tanto a remuneração dos membros do Conselho de Administração, como da Diretoria, é reajustada anualmente segundo os mesmos índices aplicados para atualização dos salários dos funcionários da sociedade.

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria propõem aos Senhores Acionistas, que a remuneração mensal global dos administradores, incluindo os honorários dos conselheiros de administração e dos diretores que forem administradores da sociedade, para vigorar a partir de 16 de setembro de 2016, seja fixada em até R\$ 150.250,00 (cento e cinquenta mil e duzentos e cinquenta reais). Propõem, também, que a remuneração dos administradores continue sendo reajustada segundo os mesmos índices aplicados para atualização dos salários dos funcionários da sociedade, visando assim, manter uma política uniforme de reajustes. O montante global proposto, após aprovado pela Assembléia Geral, será distribuído aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, em reunião que com tal finalidade deverá ser realizada pelo Conselho de Administração.

A remuneração dos administradores, em cada um dos órgãos estatutários, se dá da seguinte forma:

- (i) **Conselho de Administração**: Os membros do Conselho de Administração da companhia recebem, a título de honorários, 12 (doze) remunerações por ano, sendo que o valor individual mensal é fixado anualmente pelos próprios membros do Conselho de Administração, dentro do montante global mensal fixado pela Assembléia para pagamento da remuneração dos administradores. A remuneração dos membros do Conselho de Administração é igualitária a todos os conselheiros, uma vez que o Conselho é um órgão de deliberação colegiada.
- (ii) **Diretoria**: Os membros da Diretoria estatutária da companhia recebem 12 (doze) remunerações por ano, a título de honorários, cujo valor individual mensal é fixado pelos membros do Conselho de Administração, dentro do montante global mensal fixado anualmente pela Assembléia para pagamento da remuneração dos administradores. Os Diretores, além dos honorários mensais, recebem, anualmente conforme artigo 14 parágrafo único do estatuto social, um valor a título de participação nos resultados que corresponde a média aritmética dos 12 (doze) LAJIDA'S (Lucro Antes dos Juros, Impostos, no máximo, o valor total da remuneração anual dos Depreciação e Amortização) mensais relativos ao exercício social em questão.

***b. Composição da remuneração***

- (i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um*
- (ii) Proporção de cada elemento na remuneração total*
- (iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração*
- (iv) Razões que justificam a composição da remuneração*

A remuneração de nossos administradores é composta apenas por uma parcela fixa pagas mensalmente sobre a forma de honorários.

- (i) Remuneração Fixa: A Remuneração Fixa é reajustada considerando a data base (julho) e o índice da convenção coletiva da categoria dos metalúrgicos. A empresa mantém a prática de monitorar periodicamente o mercado, através de pesquisas salariais, de modo a adotar uma política de remuneração compatível com os mercados nacional, regional e setorial.

**Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 27 de abril de 2018**

**c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

Não se aplica.

**d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

Não se aplica.

**e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo**

Não se aplica.

**f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

A totalidade da remuneração de nossos administradores é suportada pela Recrusul S/A, pois as controladas estão sem operação produtiva e comercial.

**g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia**

Não se aplica.

**13.2 Remuneração reconhecida no resultado dos 2 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:**

Os membros da Diretoria estatutária da companhia recebem 12 (doze) remunerações por ano, a título de honorários, cujo valor individual mensal é fixado pelos membros do Conselho de Administração, dentro do montante global mensal fixado anualmente pela Assembléia para pagamento da remuneração dos administradores. Os Diretores, além dos honorários mensais, recebem, anualmente conforme artigo 14 parágrafo único do estatuto social, um valor a título de participação nos resultados que corresponde a média aritmética dos 12 (doze) LAJIDA'S (Lucro Antes dos Juros, Impostos, no máximo, o valor total da remuneração anual dos Depreciação e Amortização) mensais relativos ao exercício social em questão.

**Remuneração reconhecida no resultado do exercício 2017, do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal:**

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Nº de membros	Três	Dois	- . -
Nº de membros que são remunerados dentro de cada órgão	Três	Dois	- . -
Remuneração Fixa	R\$ 13,2 mil	R\$ 28,8 mil	Não se Aplica
Remuneração variável	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica
Benefícios pós emprego	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica
Remuneração baseada em ações	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica
Valor da remuneração total de cada órgão	R\$ 13,2 mil	R\$ 28,8 mil	Não se Aplica
<b>TOTAL DA REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES 2017</b>	<b>R\$ 42 mil</b>		

**Remuneração reconhecida no resultado do exercício 2016, do Conselho de Administração, Diretoria estatutária e Conselho Fiscal:**

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Nº de membros	Três	Dois	- . -
Nº de membros que são remunerados dentro de cada órgão	Três	Dois	- . -
Remuneração Fixa	R\$ 3,6 mil	R\$ 28,8 mil	Não se Aplica
Remuneração variável	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica
Benefícios pós emprego	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica
Remuneração baseada em ações	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica
Valor da remuneração total de cada órgão	R\$ 3,6 mil	R\$ 28,8 mil	Não se Aplica
<b>TOTAL DA REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES 2017</b>	<b>R\$ 32,4 mil</b>		



**Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 27 de abril de 2018**

**13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente:**  
 Não se aplica. A remuneração de nossos administradores é composta apenas por uma parcela fixa.

**13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:**

- a. Termos e condições gerais
- b. Principais objetivos do plano
- c. Forma como o plano contribui para esses objetivos
- d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia
- e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo
- f. Número máximo de ações abrangidas
- g. Número máximo de opções a serem outorgadas
- h. Condições de aquisição de ações
- i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- j. Critérios para fixação do prazo de exercício
- k. Forma de liquidação
- l. Restrições à transferência das ações
- m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não se aplica. A Companhia não possui um plano de remuneração baseado em ações.

**13.5 Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.**

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Recrusul S/A – Ações Ordinárias	704.035	704.035	- . -
Recrusul S/A – Ações Preferenciais	45.357	18.710	- . -

**13.6 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária**

Não se aplica. A Companhia não possui um plano de remuneração baseado em ações.

**13.7 Em relação às opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social**

Não se aplica. A Companhia não possui um plano de remuneração baseado em ações.

**13.8 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais**

Não se aplica. A Companhia não possui um plano de remuneração baseado em ações.

**13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens “13.6” a “13.8”, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções**

Não se aplica. A Companhia não possui um plano de remuneração baseado em ações.

**13.10 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**

Não se aplica. A Companhia não possui um plano de previdência nem para o Conselho de Administração nem para a Diretoria Estatutária.

**Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 27 de abril de 2018**
**13.11 Remuneração Média dos membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal nos últimos dois Exercícios Sociais**

Ano 2017	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Maior remuneração individual	R\$ 6 mil	R\$ 15,1 mil	- . -
Menor remuneração individual	R\$ 6 mil	R\$ 15,1 mil	- . -
Média remuneração individual	R\$ 6 mil	R\$ 15,1 mil	- . -

Ano 2016	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Maior remuneração individual	R\$ 1,2 mil	R\$ 15,1 mil	- . -
Menor remuneração individual	R\$ 1,2 mil	R\$ 15 mil	- . -
Média remuneração individual	R\$ 1,2 mil	R\$ 15 mil	- . -

**13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria e quais as conseqüências financeiras para a Companhia**

Não se aplica. Não existem arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

**13.13 Em relação aos dois últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto**

Órgão	2017	2016
Conselho de Administração	31%	1%
Diretoria Estatutária	69%	99%
Conselho Fiscal	0%	0%

No exercício de 2016 e 2017 o Presidente do Conselho de Administração exerceu o cargo de Presidente Executivo da Recrusul S/A.

**13.14 Em relação aos dois últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.**

Não se aplica.

**13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.**

Não se aplica.

**13.16 Outras informações que a Companhia julga relevantes**

Não se aplica.